Estudo Sobre "O *Bolsa Família* e a Social-Democracia" de Débora Thomé

HPMJ → Abr/2016

Bolsa Família ----------

(**+**) Política Popular **X** (**-**) Política Populista ➔ Está em quem olha...

- Entrada de milhões de brasileiros no mundo da cidadania e do consumo.
- Responsável pela queda da desigualdade e pobreza extrema no Brasil, a partir de 2003, atingindo 25% da população.

- 1917 a 1977 – O Partido Social-Democrata (PSD) Sueco participa do Governo. Poucos anos depois lidera a coalizão governativa (trabalhadores + Setores agrários) e fica 60 anos no Poder direto, com políticas exitosas de Bem-Estar Social (BES) e universalistas de emprego, saúde, educação, previdência etc.
- O PSD Sueco visava manter o Capitalismo, mas protegendo o cidadão contra a pobreza → Maior risco de uma Sociedade de Mercado.
- 1990 – Na América Latina Partidos de Centro-Esquerda começam a vencer eleições, visando o mesmo que o citado acima.
- Hoje – A forma política chamada Social-Democracia (SD), o Estado de Bem-Estar Social (EBES) aceita, segundo estudiosos, novas formas mistas de governar. Uma grande parte dos Estados Modernos são SD. Caracterizam-se por priorizar agendas que buscam a igualdade entre as pessoas. Uns mais, outros menos. Uns mais ao Mercado, outros mais ao Social.
- Diante de prerrogativas restritivas de austeridade fiscal e econômica, além da Globalização, aplicadas pelo FMI, Banco Mundial, BIRD e outros, há menos espaço para implementar Políticas Sociais.
- No entanto, consensos políticos e instituições fortes, em uma Democracia Representativa, têm conseguido que Partidos SD levem à diante PBES.

Da Desigualdade

- A desigualdade é tão antiga quanto o Brasil, mas a partir de Itamar Franco é discutida em campanhas eleitorais juntamente com pobreza, saúde, educação, trabalho, previdência, habitação, segurança etc.
- As Sociedades são todas desiguais, mas hoje o mundo já percebe que tal desigualdade deve ser limitada a um mínimo aceitável.
- Norberto Bobbio (1995) afirma que a distinção **Direita** X **Esquerda** ainda é válida:
  - **DIREITA** → É quando IGUALDADE é exceção e DESIGUALDADE é regra → Meritocracia
  - **ESQUERDA** → É quando DESIGUALDADE é exceção e IGUALDADE é regra → Política Social.
- Embora o Brasil possua um histórico de Políticas Sociais generosas, peca por beneficiar mais a quem paga por elas, o que não reduz eficazmente a desigualdade → Política Liberal, sendo esta a premissa de Vargas até 2002, onde somente alguns grupos eram beneficiados, como nas obras do DENOCS ou SUDENE em terras dos Coronéis Nordestinos. Universidades públicas só para quem estivesse bem preparado. Ou seja, "Cidadania Pouco Democrática e Bem Regulada".
- Isto melhora a partir de 2003, uma vez que a "Política" acabará retratando, realmente, Políticas de Estado para todos, aumentando o caráter Contributivo de nossa Proteção Social.
- Em 1985 finda a Ditadura Militar, o Brasil e seus vizinhos encontram-se falidos com desemprego, pobreza e indigência.
- Tudo, então, está preparado para a implementação da Agenda Ortodoxa Neoliberal, segundo o Consenso de Washington, muito considerado pela OAB, FIESP e outros players políticos e econômicos brasileiros.
- O Consenso de Washington possui como elementos essenciais:
  - Estabilidade Macroeconômica por meio de uma Política Monetária Restritiva
  - Liberalização dos Mercados com a redução da presença do Estado via privatizações

- Tais políticas, aplicadas por Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso – FHC, provocam a deterioração social, já crítica, do Brasil, embora FHC consiga estabilizar a moeda (Real).
- Isto torna premente a aplicação de programas que pudessem reduzir os riscos do Mercado contra o cidadão mais pobre, ou seja, Programas Sociais.
- Esta opção traz mais gastos ao país, já com restrições orçamentárias devido à crise financeira dos anos 80.
- A Democracia, redemocratização a partir de 1985, torna-se indispensável para possibilitar que os trabalhadores defendam seus interesses, uma vez que são os que estão naturalmente em desvantagem.
- Acontecem pressões por Programas Sociais realmente justos e eficazes, que trouxessem para o povo a diminuição das desigualdades ainda existentes, pela Democracia Elitista desde Vargas – aceitável nos anos 40, mas não mais nos democráticos e livres anos 90.
- A Constituição Cidadã de 1988 teve um enorme papel neste novo modelo de Democracia mais justa.
- Com a chegada do PT – Partido dos Trabalhadores ao poder, acaba-se por alcançar o patamar desejado e necessário de programa social aos mais necessitados.
    - Redemocratização → Mais Esquerdas no Poder
        - Desigualdade como preocupação central
            - Programas de Transferência de Renda Condicionada – PTCs
                - ***Bolsa Família*** → PT – Partido dos Trabalhadores, Brasil.

- O ***Bolsa Família*** vem atender às famílias mais pobres, abaixo de uma determinada linha de pobreza, com filhos na escola e vacinados. Atende assim ao FOCO específico com a Contrapartida do beneficiado, a CONDIÇÃO. Por isso PTC - Programas de Transferência Condicionada.
- Tal Política possuía um alcance de, em 2013, cerca de 27% da população brasileira, e recebia apoio político e financeiro de organismos e bancos de fomento internacionais – Banco Mundial, ONU etc.
- Setores Reacionários e Conservadores de Direita insistem em criticar o Programa, mesmo tendo o sucesso comprovado que tem: avaliações internacionais positivas, grande abrangência, boa aprovação do eleitorado e bons resultados estatísticos.
- Tais críticos "observam" no *Bolsa Família* resquícios populistas de velhas propostas clientelistas induzindo no povo o "Efeito Preguiça", onde a Esquerda se preocupa mais com incentivo ao consumo que gastos com educação ou saúde, também inverídico.

A Social-Democracia Europeia e o Estado de Bem-Estar Social,
O início de tudo – Alemanha – Bernstein

- A SD é um rompimento na primeira metade do Século XX com os Socialistas Revolucionários. Os SD percebem que podem chegar ao EBES através das Instituições Democráticas e o voto. O "Socialismo Evolucionário" se baseava em alcançar aquilo que o Marxismo tinha de real e factível: ampliação dos direitos sociais, políticos e econômicos do trabalhador, reduzindo as desigualdades que emergem do Sistema Capitalista puro.
- O Estado SD é Capitalista, mas intervém no Mercado Capitalista, regulando-o com leis e ações, reduzindo seus efeitos nocivos.
- Voto, sindicatos, Programas Sociais, melhor distribuição de renda, sem luta de classes ou revoluções, número fixo de horas trabalhadas – Havia pressa em conseguir tudo isso e o Comunismo, revolucionário, era demorado e utópico.
- Como os proletariados eram minoria, tiveram que buscar apoio com a Pequena Burguesia, com isso, ceder e fazer Política tornava-se fundamental. Assim, a "Causa Proletariada" passou a ser, com o tempo, a "Causa do Povo".
- As premissas passaram a ser o Universalismo e a Solidariedade, juntando a prole com a Classe Média.
- O Estado passa a mediar o conflito Capital x Trabalho.
- Agora, muitos pagam por Programas Sociais que nem todos usam, SOLIDARIEDADE.

Alguns Modelos de Estudo de Welfare State (Estado de Bem-Estar Social – EBES):

a. O Modelo de EBES é resultante da Revolução Industrial e da urbanização que tirou o homem auto protegido do campo e o jogou fragilizado na cidade.
b. O EBES foi necessário diante da precariedade imposta pelo Capitalismo, para intervir na relação Capital X Trabalho.
c. O EBES seria um caminho natural de evolução da Sociedade com ampliação dos Direitos Humanos.
d. Os sindicatos e associações aumentam seu poder de pressão ao Sistema Capitalista, que cede espaço ao trabalhador.
e. O EBES é uma evolução da Social-Democracia.

- Principalmente na Europa Ocidental, o EBES se tornou uma estrutura irreversível, caso contrário poderia ruir Partidos e a própria Democracia. Tal Sistema de Bem-Estar Social é o que garante, hoje, o Capitalismo.
- Segundo Bobbio, coexistem ainda no mundo duas Esquerdas:
  - Uma, mantém a ideia de um rompimento radical com o Capitalismo.
  - Outra, necessita de constante aprimoramento para conter o excesso de desigualdades.
- Variando as definições no tempo e no espaço, em geral, **Políticas de Esquerda** são aquelas que trabalham para reduzir as desigualdades sociais e tornar menos duras as desigualdades naturais.
- Há 4 vezes mais chance de cortes nas Políticas Sociais em Partidos Centro-Direita que em de Centro-Esquerda (Korpi, 2007).
- Os Governos têm duas estratégias básicas para garantir o crescimento do país:
  - A atuação direta do Estado como indutor de crescimento – Esquerda, Centro-Esquerda e SD.
  - Deixar o crescimento nas mãos do Mercado e da Iniciativa Privada, reduzindo taxas ou demais fatores que possam atrapalhar a competitividade – Direita, Centro-Direita e Liberais.
- Conforme o Governo aumente menos ou mais os tributos sobre a pessoa física, menos ou mais terá a rejeição da Classe Média, situada geralmente no Centro, balançando entre Centro-Direita e Centro-Esquerda. Se o Governo SD taxa muito, perde o apoio da Classe Média para os Liberais. Se taxar pouco, atrai ou mantém tal apoio.
- Se o Governo SD aplica a arrecadação em Políticas Universalistas e Igualitárias, a Classe Média abandona os Liberais Conservadores e tende a apoiar a SD e a Classe Trabalhadora. Foi o que ocorreu com o Partido dos Trabalhadores até 2012, quando a Crise Econômica mundial, vinda de 2008, deixou menos espaços para se aplicar em Programas Sociais e manteve aumentos de taxas.
- Com isso a Classe Média tende a abandonar a Política de Centro-Esquerda e a se bandear para a Centro-Direita ou os Liberais. Cresce o desemprego e a inflação, e o Liberalismo fica mais forte para agredir àqueles que lhe trouxeram votos para continuar existindo.
- O Brasil manteve o crescimento do PIB – Produto Interno Bruto – nos oito anos do Lulismo com média superior aos oito anos de FHC (4,06% X 2,32%). O PT, com apoio do antigo PL e do PP, atípicos em coalizões trabalhistas, incrementou a presença do Estado, seja com o aumento do Funcionalismo Público, seja com o aumento dos gastos em Políticas Sociais, bem como na sua abrangência, provando que Políticas Redistributivas são funcionais nos países que perseguiram a queda da desigualdade na luta pelo poder político.
- As Políticas Universais de Proteção Social da SD surgem por imposição da Globalização e restrições orçamentárias, tornando-se seu principal viés, em equilíbrio constante com o Estado Interventor e participante da economia.
- Ou seja, se baixar a renda, desemprego ou subempregos não podem ser evitados, é preciso pensar, pelo menos, em como reduzir os efeitos nocivos sobre o Bem-Estar dos cidadãos em curto prazo.
  - Estado Interventor da Economia ↓ Políticas de Proteção Social ↑
  - No Brasil a SD não seria do PSDB ou PMDB, PSB, PV ou PTB, mas sim PT, PDT, PCdoB, PSOL e PSTU. Todos são, mais ou menos, Socialistas e, mais ou menos, Democráticos.

Políticas de Bem-Estar Social no Brasil

- **Anos 80** – Europa Central com redução das Políticas de BES pela crise econômica e avanço de novas Políticas Liberais. Os países Nórdicos optaram em readaptar suas Políticas Sociais sem esgotar o Modelo SD, ao contrário da Inglaterra que as extinguiu.
- Na América Latina, enquanto isso, retorno da Democracia em vários países, eleições diretas, urgência de aplicação de Políticas de BES e proteção do trabalhador. Num primeiro momento uma onda liberalizante trouxe:
    - Privatizações das Estatais
    - Flexibilização das Leis Trabalhistas
    - Modificação dos Sistemas Previdenciários
    - Manutenção da austeridade fiscal
    - Restrição dos gastos governamentais
- Novos protagonistas, então, pressionam por ampliação dos Direitos do Cidadão, sem muito sucesso, pois havia a crise econômica. Mas, aos poucos, conseguem algumas vitórias.
- No Brasil, após a Revolução de 30, coube ao Estado e não aos trabalhadores, propor um modelo de proteção social. Sindicatos fracos ainda, empresários fortes. O Estado domestica os empresários e força uma melhor relação Capital X Trabalho (Getúlio Vargas), passando a ocorrer ainda de forma tímida, sob controle Estatal. Ou seja, a ampliação dos Direitos Trabalhistas veio do Governo, Vargas, sem que sequer o trabalhador a pedisse.
- Os Direitos Sociais acabam por se estabelecer de forma débil, devido à baixa capacidade e interesse da Sociedade de participar e pressionar.
- Tais Direitos Trabalhistas e Sociais chegam e se estabelecem tarde no Brasil, mesmo em relação à América Latina.
- Unem-se Sindicatos e Movimentos Populistas, que fortalecia os trabalhadores urbanos mas deixavam à margem os trabalhadores rurais e informais. Os trabalhadores urbanos industriais apoiam politicamente os grupos que empreenderam tais Políticas de Proteção Social, desafiando as Oligarquias instituídas previamente e donas do Poder.
- Ao contrário da Europa, na América Latina não ocorreu aliança dos trabalhadores rurais e informais com trabalhadores urbanos e industriais. Aqui havia a presença avassaladora de grandes latifundiários, integrantes da Oligarquia, em vez de pequenos grupos de pequenos produtores, como na Europa, onde o maior terreno é de cerca de 100 hectares.
- Aqui, os Sindicatos e Associações foram incompetentes para se aproximar até dos pequenos produtores e agricultores, ou grupos rurais, ao contrário da Europa. Aqui na América Latina há 4 grandes grupos de pressão:
    - Militares (Caso a parte)
    - Elite Política-Administrativa
    - Grupos da Economia e Mercado
        - Terras
        - Capital
        - Industrias
        - Mídia
    - Ligados aos Sindicatos, Trabalho

O Brasil dentro da América Latina

- Na América Latina pós Governos Totalitários, foi a redemocratização que permitiu o crescimento ou surgimento das Políticas de BES – Argentina, Brasil, Chile, Colômbia.
- No Brasil os principais programas sociais foram criados na era Vargas e até na década da 70, no Ditadura Militar foi criado o INPS – Instituto Nacional da Previdência Social, ou seja, pela Direita ou governos conservadores.

- Com a redemocratização, a Constituição Cidadã de ’88 esses programas cresceram muito, graças, principalmente, aos Partidos de Centro-Esquerda que alcançaram a chefia do Executivo (PSDB e PT – Se bem que o PSDB é Centro-Esquerda só pelo nome, pois seu viés político é de Centro-Direita). Neste Estado de Bem-Estar Social, embora diferente do da Europa, era real e foi fortalecido por PTCs - Programas de Transferência Condicionada, como o *Bolsa Família*, FIES, ProUni, Pronatec etc.
- Há Programas do PT onde o estudante carente recebe cerca de R$ 400,00 para estudar, o PRONATEC. Programas tidos como “Formadores de Preguiçosos” pela elite brasileira ou pelos ignorantes conservadores, geralmente também pobres, mas que se portam como se fossem convidados a este Clube da Elite.
- Tal Elite não perde a oportunidade de aproveitar outro Programa Social Brasileiro do PT de Dilma, como o “Ciência sem Fronteira” onde o filho que cursa faculdade tecnológica estuda por um ano em vários países desenvolvidos mundo afora. Estado mínimo somente quando me convém, ou Privatizar o lucro e estatizar o prejuízo, outro ditado muito usado pelas Elites e Conservadores de Direita do país.

Social-Democracia à Brasileira

- A Constituição de ’88, Cidadã, preparada para um Governo Parlamentarista que não vingou (graças às manipulações de Poder do Presidente da República da época, José Sarney, Vice de Tancredo Neves, que nem chegou ao juramento, logo, Tancredo não sendo Presidente, pois estava no hospital, onde morreu, Sarney não poderia assumir em seu lugar, mas assim foi, com a ajuda dos Militares ainda por perto), conseguiu legalizar medidas de modernização da economia, estabilidade macroeconômica e redução da pobreza e da desigualdade.
- No entanto, com a eleição de Fernando Collor de Mello, medidas liberais tomaram conta do cenário econômico. Com sua incapacidade de controlar a economia e acusações de corrupção, foi impedido, cedendo lugar a Itamar Franco, segundo Presidente do PMDB sem ter recebido um único voto.
- Itamar travou a linha Liberal da trajetória econômica parando as privatizações e outras medidas. Cria o Plano Real que estabiliza a moeda finalmente – FHC se apropria do Real para se eleger e se manter na Presidência por dois mandatos, pois nem Ministro sequer ele era neste tempo, mas Itamar confessa seu erro em deixá-lo assinar a nota de Real.
- Com Fernando Henrique Cardoso (FHC) do PSDB, temos ênfase à Política de Estabilidade Monetária, concomitante a uma leve preocupação com a desigualdade. Houve o PROER, para salvar o Sistema Bancário e várias outras falcatruas escondidas pelo PGR – Procurador Geral da República, chamado na época de Engavetador Geral da República.
- FHC se coliga ao PFL, Partido da Frente Liberal, de Direita, tendo como Vice o Senador de Pernambuco, Marco Maciel.
- Favorece as Políticas Liberais, redução do Estado, privatizações, ampliação do poder de Mercado, flexibilização das Leis trabalhistas, reforma da Previdência etc.
- A partir de seu segundo mandato, mudando a legislação que não previa reeleição para cargos do Executivo, de modo duvidoso, e se utilizando imediatamente desta mudança da Constituição, muda a política de paridade cambial e controle de preços para o Regime de Metas de Inflação, com o controle monetário sendo feito por políticas recessivas, elevando taxas de juros, trazendo desemprego e não conseguindo deixar a inflação no centro da meta de 4,5% - e sim em 13% ao ano ao fim do seu Governo.
- Implantou um início de Reforma Previdenciária, com o Fator Previdenciário que baixaria a aposentadoria antes dos 65 anos para homens e 60 anos para as mulheres.
- O ideário liberal foi mantido por 8 longos anos, onde o Funcionário Público Civil ficou todo o período sem receber um aumento salarial, nem para repor a inflação. Graças aos Partidos de Esquerda e Oposições, PT, PDT, PSB, PCdoB, PTB, PSTU e outros, o estrago não foi maior.
- O Projeto Pró-Mercado da América Latina passava antes com reformas econômicas e só bem depois com reformas sociais. Aqui já se percebia o uso de Programas Assistenciais Compensatórios específicos para eliminar “Excessos de Burocracia”, ou seja, detonar salários públicos, como fez.
- Não manteve o Estado como patrocinador de Políticas Sociais, como os PTCs contra pobreza e fome, mas sim como um sócio da sociedade civil, criando a Comunidade Solidária, vinculada à Casa Civil e ca-

pitaneada por Ruth Cardoso, Primeira Dama e Socióloga, onde o Governo era somente o articulador. Claro que não vingou.

- As cinco metas de FHC eram, na pré-eleição, Agricultura, Educação, Emprego, Saúde e Segurança. Note que Pobreza e Fome ficaram como submetas dos Programas "Comunidade Solidária", ou seja, com a Sociedade.
- Em seu segundo mandato, Pobreza, Fome e Distribuição de Renda já estão em terceiro lugar das prioridades, onde a primeira era Estabilidade Econômica e a segunda era Promover o Crescimento Sustentado com Geração de Empregos.
- O Bolsa Escola só é assinado anos depois e a criança sequer pertence ao grupo de RISCO, de seus Programas Sociais.
- Embora Liberal, não houve queda de recursos para Políticas de Saúde e Educação, mas também não houve aumento. Não criou uma só Universidade Federal, enquanto Lula criou 18. Não criou uma Escola Técnica, enquanto Dilma criou dezenas e o Pronatec. A desculpa foram as crises econômicas, que fizeram FHC quebrar o Brasil por três vezes recorrendo ao FMI.
- A Política Nacional de Assistência Social – PNAS, criada em '98 reconhece as graves desigualdades no país, começando a dar-se prioridade às crianças e adolescentes.
- O Bolsa Escola, a Erradicação do Trabalho Infantil e o Programa para Idosos começam a ser esboçados em 2000. Termina seu governo com cinco milhões de famílias no Bolsa Escola, 1 milhão no Bolsa Alimentação e 8,5 milhões no Auxílio Gás. Seu alcance era amplo, mas os recursos alocados não.
- Outros Programas de Distribuição de Renda que foram tentados por FHC fizeram a 'expertise' para que o *Bolsa Família* do PT de Lula tivesse sucesso desde o início de 2003.
- Este período FHC foi marcado pela desmobilização sindical, altas taxas de desemprego, declínio da política social e aumento da desigualdade estrutural.
- Há o crescimento do setor terciário, de serviços, fortalecendo a criação de espaços públicos não estatais, aumentando as ONGs, que hoje assolam o país.

Lula – 2003 a 2010 – Partido dos Trabalhadores

- Para se eleger, uma vez que os empresários estavam com medo do PT, mantém a linha econômica do PSDB, levando um ano e meio para baixar juros e inflação.
- O PT, de Esquerda, é obrigado a se aliar ao PMDB, de Centro, para alcançar a governabilidade dentro de uma Política de Coalizão. Com isso, governa e consegue:
    - Regime de Metas de Inflação
    - Altas nos Juros quando necessário
    - Independência do Banco Central
    - Ajuste Fiscal
    - Pagamento da Dívida Externa
    - Projeto Desenvolvimentista
- Nada disso era da Agenda Inicial do PT, o que afasta um pouco Lula que se lança e ganha o Brasil quase que independente do PT. Com isso muitos se rebelam e saem para formar o PSOL – Partido Social e Liberdade, que se torna o PT puro de outrora.
- Acaba por aplicar a Social-Democracia trabalhista e moderada, bem melhor que o próprio PSDB.
- O PT se transformou de Força Antissistêmica em Força Reformista de caráter Social-Democrata e, em seguida, um híbrido de Social-Liberalismo Hegemônico com Políticas Sociais Redistributivas. Isso fazia Lula ser aceito pela Direita e Esquerda, pobres e ricos, pois todos ganhavam com os ventos bons que sopravam e eram aproveitados.
- Sua visão desenvolvimentista enfatizava transferência de renda do Governo Federal para as famílias pobres como instrumento de desenvolvimento econômico, elevando salários, combatendo a pobreza extrema, a desigualdade etc. Consegue eleger Dilma Rousseff que consegue também se reeleger.
    - Salário Mínimo em 73 US$ e o deixou por 330 US$;
    - Inflação de 13% foi deixada à Dilma em 4%;

- Expandiu o *Bolsa Família*, que indiretamente estimulava o cuidado pelo lado da saúde e da educação dos pobres;
- Fez o ***Luz pra Todos***, levando luz para os rincões mais distantes;
- ***Minha Casa Minha Vida***;
- FIES, PROUNE, PRONATEC;
- 13,5 milhões de empregos

- PT – Mais ligado ao Social X PSDB – Mais ligado ao Capital.

O *Bolsa Família* e os PTCs

- Início dos anos '90, na América Latina começam a ganhar espaço os PTCs – Programas de Transferência Condicionada, que se caracterizam por serem focadas, e não amplas, e condicionadas ao cumprimento de certas obrigações por parte dos beneficiados, ou seja, famílias abaixo de certa linha de pobreza recebem apoio financeiro se, e somente se, mantiverem os filhos na escola e vacinados, as mulheres saudáveis e as gestantes têm de ir mensalmente ao Posto de Saúde. Com isso atua-se no alívio da pobreza e no desenvolvimento do capital humano.
- 2008 – Gastos Públicos Sociais Totais (% do PIB) - Gastos em PTCs (% do PIB) - % da População total atingida pelos PTCs
  - **Brasil 27% - 0,4% - 26%**
  - Argentina 22% - 0,4% - 18%
  - Uruguai 22% - 0,4% - 10%
  - Chile 14% - 0,1% - 7%
  - Colômbia 13% - 0,2% - 17%
  - México 12% - 0,3% - 24%
  - Equador 7% - 0,8% - 37%

- Tais políticas amplamente apoiadas por organismos internacionais como Banco Mundial e ONU, têm maior eficiência por serem focalizadas e com clientelismo baixo, ao contrário do que pregam os Liberais, por serem centralizados na Federação.
- Os PTCs em 2000, na América Latina, alcançavam 22 milhões de famílias em 17 países. No Brasil e no Equador mais de 25% da população recebe o benefício. No Brasil de 2013 eram 13,8 milhões de famílias, atingindo cerca de 50 milhões de pessoas.
- Tais PTCs se desenvolveram tanto em países já com Estado de Bem-Estar Social como Brasil e Chile, assim como em países sem EBES do Caribe.
- A boa resposta eleitoral garante que o Governo e Oposição se comprometam com sua perenidade e permanência.
- A transferência monetária é feita direta preferencialmente para a mulher da família impedindo desvios de todo tipo e por politicagem local.
- Os PTCs ajudam a economia local pois tudo o que é recebido é gasto no comércio e serviço local. Tudo volta pro Mercado.
- Na América Latina são Programas positivos a curto e médio prazos, na educação, saúde, redução do trabalho infantil, tira os jovens da rua, pobreza extrema, saúde da mulher, da gestante e do filho, saúde preventiva, aumento da renda familiar, erradicação da pobreza extrema e diminuição da desigualdade.
- Tudo isso com 0,4% do PIB Nacional. Focada nos 40% mais pobres.

Destino dos recursos – focalização

Programa	20% mais pobres	40% mais pobres
Oportunidades (México)	39,50%	62,40%
Familias en Acción (Colômbia)*	71%	97,50%
Red de Protección Social (Nicar.)	55%	80%
Bolsa Família (Brasil)	75%	94%

Fonte: Cepal, Banco Mundial.
* O critério na Colômbia é de famílias indigentes e pobres.

O Programa *Bolsa Família*

- A Constituição de ’88 instituiu, entre outros, o direito a uma renda para idosos e deficientes com extrema pobreza, o BPC – Benefício de Prestação Continuada.
- O início do *Bolsa Família* foi em ’95, experiências locais, primeiramente no DF, do Governador do PT, Cristóvão Buarque, e em seguida em Campinas, ambos com contrapartida da presença escolar.
- O primeiro Programa Federal de Transferência de Renda de modelo mais recente foi o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, instituído em ’98 no Governo FHC.
- FHC também criou o Bolsa Escola, inspirado no Programa do DF; depois veio o Bolsa Alimentação e, por fim, do PT, o Cartão Alimentação, já com Lula.
- Lula uniu quatro Programas em um só e aumentou seu alcance, uma vez que vários PTCs se tornavam de difícil gerenciamento, Políticas, Cadastros etc.
- O PT unificou no *Bolsa Família*, em Out/2003 e depois virando Lei em Jan/2004:
    - Vale Gás
    - Bolsa Escola
    - PETI
    - Cartão Alimentação
- Somente quatro Governadores do Norte / Nordeste prestigiaram e apareceram no evento de lançamento do Programa. Lula tinha pouca influência nos Governos Estaduais e no Congresso. Por isso lançou primeiro a Medida Provisória, depois veio a Lei. O Programa só venceu porque Lula se aliou aos Prefeitos e não ao Congresso e Governos Estaduais, centralizando o mesmo no Governo Federal.
- O *Bolsa Família* é o quarto maior Programa Social do país, com 27% da população atingida em 2013, 13,8 milhões de famílias e atrás somente do SUS – Sistema Único de Saúde, da Constituição de ’88, da Educação e da Previdência Social. Em termos absolutos é o mais amplo do gênero.
- Apoiado localmente pelas Prefeituras que cadastram necessitados e o coordenam.
- O Agente Pagador é a Caixa Econômica Federal – CEF, através do Cadastro Único. Os Ministérios da Saúde e da Educação provêm o Sistema com os dados condicionantes. Por último a Controladoria Geral da União – CGU, o TCU – Tribunal de Contas da União e o MP – Ministério Público controlam a boa execução e aplicação dos recursos. As famílias cadastradas no Cadastro Único são escolhidas pelo MDS – Ministério do Desenvolvimento Social.
- Em 2009 gastava-se R$ 10,6 Bi – 0,37% do PIB. O Programa atende famílias de renda per capita de até R$ 140,00. Famílias em extrema pobreza, com renda per capita de até R$ 70,00 ingressam no Programa sem exigências quanto à presença de menores na família. As famílias entre 70 e 140 precisam ter crianças de até 17 anos para ingressarem no Programa. Mesmo assim, o *Bolsa Família* não é Lei e não é garantido que todos recebam o benefício, tendo que ter sido alocada verba para tal.
- Famílias em extrema pobreza, abaixo de R$ 70, per capita, recebem um benefício básico de R$ 70,. As famílias pobres recebem o benefício variável de R$ 32, por criança, até 5 crianças. Um 3º benefício é vinculado ao adolescente, R$ 38, por adolescente até 2 adolescentes por família. No total o montante pode chegar até a R$ 306,00, pouco menos que um SM - Salário Mínimo.
- As condicionalidades são frequência escolar de 85% para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e de 75% para adolescentes de 16 e 17 anos. É cobrada também a vacinação das crianças e adolescentes e o pré-natal das gestantes. Por fim exige-se a presença em Programas Socioeducativos.
- O benefício é pago preferencialmente às mães (2012).
- Em 2013, segundo o MDS, o gasto no Programa era de cerca de R$ 24,9 Bi.
- O Programa atende a mais de 50% da população dos seguintes Estados: MA, PI, CE, AL, PB e PE. Também atende a 40% da população de BA, RO, AC, TO, RN e SE.

Condicionalidades do Bolsa Família

	Saúde	Educação
Crianças	Para todas as crianças de 0-7: calendário de vacinas e visitas regulares ao posto de saúde	Todas as crianças entre 6-15 anos devem estar na escola, com frequência de 85%
Mulheres	Pré-natal e participação em seminários informativos de saúde, educação e nutrição	(Pais) Responsáveis pela frequência escolar

Fonte: Banco Mundial, MDS.

- Segundo o Banco Mundial, o Programa reduz a pobreza e leva ao pobre e sua família os serviços de Saúde e Educação integrados.

Efeitos Eleitorais

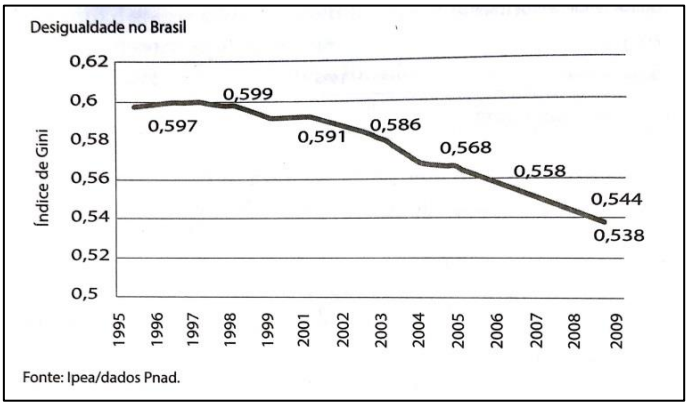
- Como em vários outros países, acontece com o *Bolsa Família* uma verdadeira transformação na estrutura do voto e das coalizões sociais do Partido dos Trabalhadores, servindo como estratégia de manutenção de governabilidade e legitimidade.
- Parte dos eleitores do PT / Lula, saiu do Sudeste e foi se aglutinar nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil, assim como o DEM – Partido Democrata e o PSDB, oposição ao PT, perderam votos nestas Regiões.
- O Programa ajudou o PT a alcançar seus objetivos históricos como redução de desigualdade e da pobreza, melhoria da Educação e Saúde aos pobres e extremamente pobres, diminuição da mortalidade infantil e de gestantes, aumento da oferta de emprego. Além de despejar todo este dinheiro diretamente nas praças mais pobres, fazendo girar a economia local e nacional.
- Isso garantiu ao PT de Lula sua reeleição em 2006, mesmo com o advento do Mensalão, caso de corrupção dentro do Partido, muito explorado pela Oposição, pela Direita e pela Mídia Conservadora.
- O eleitorado, cada vez mais, associa os PTCs ao PT, como Políticas de Estado, gerando no povo mais pobre um sentimento de "Apatia pela Exclusão", o que é muito positivo para a sociedade.
- O custo de cancelamento do Programa, hoje, é maior que o custo do benefício gerado. Com isso, fica clara a correlação forte do Programa com as opções eleitorais e Partidárias. A Oposição chama isso de Política Populista e as opções de eleitoreiras, como ocorre com quase todos os passos dados em direção ao Social.
- Em relação aos PTCs de forma geral, a Esquerda brasileira os usa para emancipação do mais pobre e seu empoderamento, muito positivo para uma sociedade mais justa. Já a Direita os usa para reduzir a dependência dos mais pobres quanto à outras Políticas de Bem-Estar Social.
- Impactos Socioeconômicos alcançados:
  - Focado em famílias extremamente pobres e pobres;
  - Garante piso mínimo de consumo;
  - Não confirma o "Efeito Preguiça";
  - Acesso a Políticas Universais de Saúde e Educação;
  - Reduz desigualdades de oportunidades;
  - Aumento de investimento produtivo das famílias;
  - Retorno imediato da verba para o comércio e serviços locais;

Decomposição da queda do coeficiente de Gini

Tipo de renda	1995-2004	2004-06
Renda domiciliar *per capita*	100%	100%
Renda do trabalho	73%	32%
Aposentadorias e pensões públicas	-10%	37%
Outros rendimentos (capital)	11%	-4%
BPC-Loas	7%	14%
Bolsa Família	**19%**	**21%**

Fonte: Soares e Sátyro (2009).

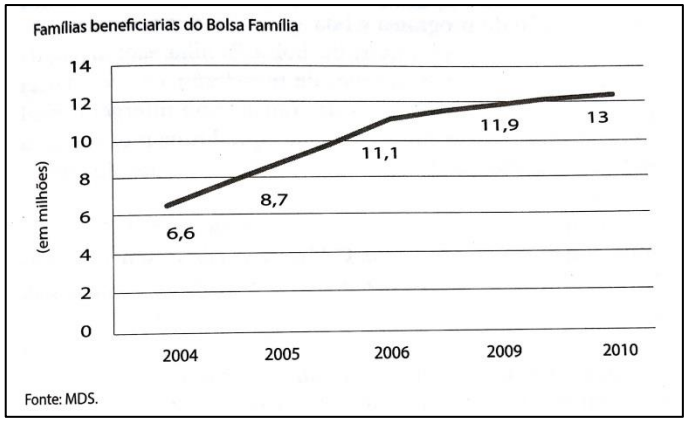
- O impacto do Programa na Educação, no Brasil, não é tão relevante, pois, ao contrário de outros países, nossa taxa de matrícula já era alta para idades entre 7 e 14 anos. O mesmo ocorre na saúde. No entanto, para a queda da desigualdade e aumento de renda o impacto é devastador.
- O *Bolsa Família* foi responsável por 19% de queda do índice de Gini, apesar de equivaler a meros 0,5% da renda das famílias, do PIB.



- O Programa não resolve o problema da pobreza no Brasil, mas tem grande impacto para os extremamente pobres, assim aliviando momentaneamente a pobreza em geral no país.
- De 2001 a 2009 a taxa de pobreza caiu de 35,5% para 21,4% e a de Extrema Pobreza caiu de 15,3% para 7,3% da população, ou seja, cerca de 50% da extrema pobreza foi banida.
- No período anterior a este, Era FHC, a desigual-

dade também reduziu um pouco, mas por que houve o empobrecimento geral da nação.

- Nos anos recentes, 67% da redução da desigualdade são atribuídos ao padrão de expansão do Mercado de Trabalho; 15,7% se devem à Renda Previdenciária e 17% são graças aos PTCs, principalmente o *Bolsa Família*.
- Os 25% de menor renda da população recebem 80% de toda a verba destinada ao Programa. Os 4 PTCs anteriores ao *Bolsa Família* faziam, juntos, que 64% dos benefícios chegassem a esse grupo de 25% mais pobres.
- O PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios de 2004 mostra que os 20% mais pobres recebem 75% de todos os recursos do *Bolsa Família*; os 40% mais pobres recebem 94% dos recursos.
- O *Bolsa Família* é o 6º mais bem focado PTC do mundo. Ainda não há evidências de uma consistente redução da pobreza e verificação de melhorias intergeracionais.
- Segundo estudiosos, a Alemanha no Pós-Guerra possuía um PTC similar inferior ao nosso, mas com a queda da desigualdade e novas possibilidades sendo oferecidas, extermínio da pobreza etc, possibilitou-se que ela chegasse onde está nos dias atuais. Sem um Programa similar a esse, não teria conseguido.



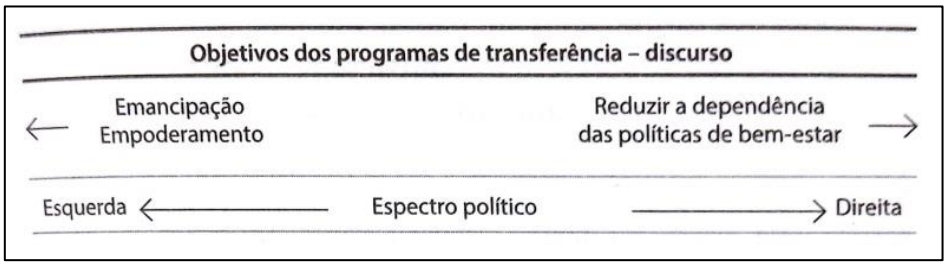
O Outro Lado: Críticas à Direita

- Críticas que se aplicam ao Programa, geralmente pela Direita Conservadora e não Esclarecida e por parcelas das Classes Dominantes da Sociedade brasileira:
  - "Efeito Preguiça"
  - Caráter Populista do Programa
  - O Programa seria como um paliativo, pois o Estado atuaria como um provedor direto de bens e incentivador do consumo, deixando de lado a provisão de melhorias dos serviços oferecidos.
  - Ao focar demais, limitaria o investimento em políticas de criação de emprego produtivo.
  - Uma focalização prolongada demais poderia reforçar a dependência dos beneficiados, opondo-se ao efetivo exercício da cidadania.
  - A Social-Democracia Clássica reforça Políticas Universalistas, onde todos pagam e todos se beneficiam. Aqui há o foco nos mais pobres, o que poderia enfraquecer a disposição das pessoas em pagar impostos.
  - O *Bolsa Família* possui beneficiários diferentes dos patrocinadores, o que ***forçaria*** a existência de um forte sentimento de solidariedade dos que pagam para que o Programa pudesse crescer e se manter.
  - Haveria uma tendência a ter cada vez menos a ser distribuído, pois só alguns contribuiriam e só outros receberiam, diferentemente dos Programas Universalistas. Além do mais a escassez e a precariedade dos serviços dificultaria o êxito, limitando-se a se focar no alívio da pobreza.
  - "*Não há almoço grátis*", logo, a focalização deveria se mixar com a Universalização, de modo a tornar o Programa autossustentado.
  - Pagamento em dinheiro diretamente ao beneficiado poderia ser encarado como uma solução assistencialista, embora a contrapartida das condições impostas pudesse obter menos resistência da sociedade que paga.

Bolsa Família, uma Política Pública da Social-Democracia

- A princípio, os Programas Sociais apoiados pela Social-Democracia caracterizam-se pela Universalização, mas os últimos 15 anos na América Latina mostram que os PTCs têm crescido e funcionado dentro das expectativas. Por isso, a Social-Democracia já está se reformulando para aceitar esta nova realidade, desde 1980 onde a Social-Democracia teve uma diminuição de seus Programas.
- Estes PTCs estão diminuindo a desigualdade no mundo, prioridade da Social-Democracia. Já os Liberais aceitam a desigualdade como parte normal do processo capitalista.

- Enquanto o PSDB quer aumentar a contrapartida do Programa dando mais dinheiro à criança que tiver maiores notas na escola, introduzindo desde cedo a Meritocracia, Política falida da Direita Conservadora, propósito Liberal dos que possuem maior renda, o PT quer aumentar o escopo do Programa e torná-lo Lei, um Benefício Universal, na CLS – Consolidação das Leis Sociais.



Conclui-se que:

- Mesmo sem a Universalidade ampla, geral e irrestrita preconcebida, o Programa *Bolsa Família*, por sua busca pela igualdade, sua abrangência, atenção à criança, atenção à mulher, e o aspecto não contributivo, coloca-se como Política Social-Democrata dos tempos atuais, reflexo dos Governos últimos do Partido dos Trabalhadores – PT, que possui hoje quase 100% das características dos Partidos Sociais-Democratas da Europa, se diferenciando somente na questão sindical ser de Esquerda.
- Os de Esquerda Latino Americanos, de 2003 a 2006 conseguiram resultados 3 vezes melhores e mais rápidas que os Governos anteriores de Direita e Centro.
- Não há como identificar com mais clareza se a presença do PT no Poder foi fator determinante para isso, mas houve sim fortalecimento e ampliação dos PTCs em sua gestão.
- Embora PSDB e PT disputassem o papel de representantes da Social-Democracia no Brasil, este espaço coube ao PT, relegando o PSDB a ficar mais à Direita, Centro-Direita.
- O PT hoje é um Partido Social-Democrata tal qual qualquer um da Europa, por causa de:
    - Antecedentes Socialistas
    - Ligado a Movimentos Sindicais e Sindicatos
    - Com objetivos declarados de transformação social
    - Busca a redistribuição de renda
    - Busca Justiça Social
    - Apoiado entre os mais pobres e esclarecidos

- Com a Crise Mundial de 2008 batendo às nossas portas em 2012, espera-se que não faltem recursos a estes Programas.

A Política se torna cada vez mais necessária para elaborar esta questão futura, provando que o Keynesianismo ressurge nos espaços deixados pelas falhas e pelas faltas do Neoliberalismo, Liberalismo, portanto, que tende a desaparecer com o amadurecimento da sociedade mundial.

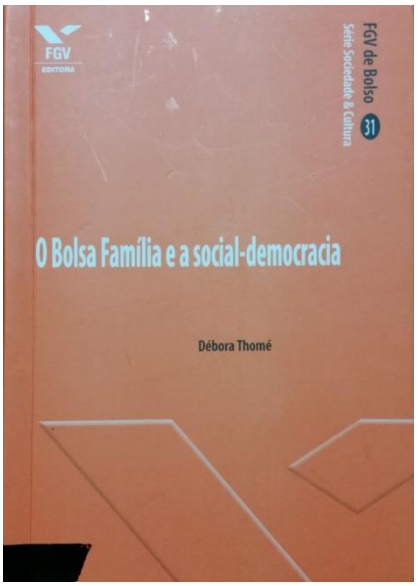
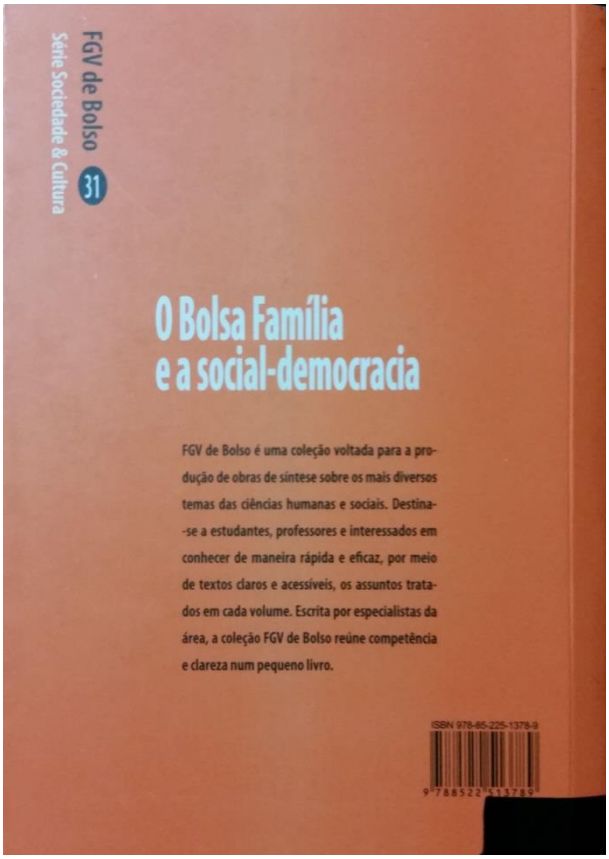
****

A social-democracia foi das grandes realizações políticas europeias do século XX. Resultado dos anos de democracia e fartura, unia o capitalismo a políticas públicas que minimizavam os efeitos do mercado. A partir dos anos 1970, porém, o papel da política foi esvaziado: o crescimento da economia daria conta dos problemas. Não foi bem assim. A persistência de mazelas como desigualdade e pobreza deixou clara a necessidade de uma vigorosa agenda de políticas sociais.

Nos anos 1990, governos de esquerda ou centro-esquerda começaram a vencer eleições na América Latina. Com pouca margem para agir na economia, viram na proteção social um espaço privilegiado.

O Brasil chegou tardiamente ao mundo das políticas social-democratas, a partir da Constituição de 1988. O Bolsa Família, oriundo do Bolsa Escola, é criado 15 anos depois. Em 2013, 27% da população são beneficiados pelo programa.

Este livro resgata o fundamental papel da política, trazendo para o debate diversos autores da literatura sobre a social-democracia e analisando como a política, por meio de diferentes preferências, transfigura-se na política pública.

A série Sociedade & Cultura reúne as mais recentes análises em ciências sociais e cultura. Por meio de abordagens interdisciplinares, escritos por especialistas, os textos oferecem sínteses úteis a todos aqueles que desejam ampliar seus conhecimentos em áreas como antropologia, sociologia e ciência política.

Débora Thomé é mestre em ciência política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp-Uerj). Graduada em jornalismo, trabalhou por seis anos no jornal *O Globo*, no qual foi repórter e interina da coluna Miriam Leitão. De lá, acompanhou atenta ao desenvolvimento do Programa Bolsa Família. Foi também premiada pela *Federación Internacional de Periodistas*.